



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata 197ª Reunião Ordinária

Ao sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência (meet.google.com/yzg-frrx-pyw), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) para a 197ª Reunião Ordinária tendo como pauta: 1) Aprovação da ata da 196ª Reunião Ordinária; 2) Prestação de Contas 1º Semestre 2021; 3) Visitas às escolas com as Conselheiras Célia e Neuzete - EE Santos Dumont, EE Instituto de Educação de Minas Gerais - Belo Horizonte e EE Fazenda Eduardo Nogueira e EE Nossa Senhora Aparecida - Mendes Pimentel; e 4) Assuntos Gerais. Com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Maria Helena Gabriel, Neuzete Fátima Lima e Múcio Alberto Cordeiro; (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - SindUTE/MG); Tannia Aparecida da Silva Oliveira (representante da N'Golo- representantes Quilombolas); Ellen Vieira Santos (representante da Sociedade Civil - FETAEMG; Valeria Batista Nascimento, Erika Ersinzon, Thais Ferreira de Alencar Freitas e Beatriz Rodrigues Neres Veloso (representantes da Secretaria de Estado da Educação/MG); Luciana Caldeira de Paula Ricardo (representante do Conselho Regional de Nutrição- CRN-9); Marco Antônio David de Melo; (representante de pais e alunos da EE Pedro II e EE Caetano Azeredo); Ercivane Aparecida Silva Brito (representante de pais e alunos da EE Professor Leon Renault. Como convidados: Fábio Proença e Júlia Sanders Paolinelli - DIEESE- SINDUTE, e Maria Aparecida Nobre (representantes da Secretaria de Estado da Educação/MG). Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro. Ausências justificadas: Umbelina da Conceição Rodrigues (representante dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - SindUTE/MG) e Maurício Moreira dos Santos(representante quilombolas, Cooperativa de Produtores indígenas e quilombolas e assentados de Minas Gerais- COPIQUA). A Presidente Célia de Lima cumprimenta a todos e pede que a convidada Julia Sanders Paolinelli se apresente, que cumprimenta a todos e diz que é Técnica do DIEESE e estará auxiliando na análise de Prestação de Contas junto com o convidado Fábio e estará acompanhando as reuniões no momento em que o convidado Fábio não puder participar, observando e aprendendo a todos. Após a apresentação, a Presidente Célia diz que como é de costume, todos receberam o Convite da Reunião 197 e os pontos de pauta e pede à Secretária Executiva Janete que fale os pontos de pauta, e todos ouvem. A Secretária Executiva Janete fala que o primeiro ponto seria a aprovação da Ata 196ª Reunião Ordinária, segundo ponto, prestação de contas primeiro semestre 2021, terceiro ponto: as visitas Escola Santos Dumont , e Instituto de Educação de Belo Horizonte e, Escola Estadual Fazenda Eduardo Nogueira e Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida de Mendes Pimentel, e assuntos gerais. Logo a seguir a Presidente Célia diz que não participou da reunião passada que ocorreu no dia 02 de setembro de 2021, cujo pontos de pauta foram aprovação da Ata da 195ª, reunião da Rafa e Reunião do Controle Social e assuntos gerais, porém leu a Ata 196ª que foi encaminhada a todos os conselheiros previamente, e que, antes de passar para aprovação da Ata, onde foram discutidas questões sobre as reuniões do Controle social , o retorno híbrido das aulas , contratação de nutricionistas e mudanças no cardápio, diz que um ponto da Ata que chamou sua atenção que fala em levar a pauta que são discutidas dentro do Conselho, para dar ciência ao controle social. Diz

que não concorda da forma como está escrito. Pois todos os Controles que participam das reuniões do Controle social possuem autonomia. E diz que em nenhuma das reuniões em que participou, ninguém dá ciência de tudo o que é discutido dentro do Conselho. E fala que gostaria de ouvir dos conselheiros a opinião sobre esse assunto. A Secretária Executiva Janete pede a palavra e diz que quem tratou dessa questão do Controle social havia sido ela, e diz que não foi exatamente isso que ela falou, e o que foi falado é que muitos conselheiros não estavam tendo agenda para as reuniões, e foi discutido para reforçar a importância do Controle Social, e que se levasse as pautas discutidas para as reuniões do Controle, para que todos possam acompanhar o que está sendo realizado, para que todos participem. Levando as demandas mais comuns, como a questão do PNAE, do PAA. Assim todos ficam cientes do que cada Conselho faz, reforçando a importância de cada Conselho dentro das reuniões do Controle Social e estarem trabalhando na mesma linha de raciocínio. A Presidente Célia pergunta se mais algum conselheiro leu a Ata, o conselheiro Mucio diz que não teve tempo para ler. Os outros conselheiros não se manifestaram. Dessa forma, a Ata 196ª Reunião Ordinária fica para ser aprovada na 198ª Reunião Ordinária, no dia 04 de novembro de 2021, após correção. A Presidente Célia reforça a importância de ler as Atas. A Presidente Célia pede para passar para o próximo ponto de pauta, e a Secretária Executiva Janete diz que é: Prestação de Contas 1º Semestre de 2021, e a Presidente Célia fala à conselheira Beatriz que o convidado do DIEESE, Fábio, encaminhou alguns questionamentos para serem respondidos, e se a conselheira Beatriz respondeu. A Secretária Executiva Janete diz que até o início da reunião não havia recebido nenhuma resposta da conselheira Beatriz. E ela diz que está com as respostas em mãos, porém no último mês precisou substituir a chefia que estava em férias, por isso não encaminhou em tempo, diz que encaminhará e apresentará nessa Prestação de Contas as respostas, fala que alguns formulários já haviam sido colocados no drive, corrigido alguns pontos que foram levantados pelo convidado do DIEESE, Fábio. A Presidente Célia diz que a conselheira Beatriz pode apresentar, porém tem alguns pontos que ela quer levantar, então a conselheira Beatriz fala que na próxima reunião, a conselheira Thaís e a servidora Aparecida poderão anotar e trazer para esclarecer tudo. A conselheira Beatriz fala à Presidente Célia sobre a presença da servidora Maria Aparecida Nobre, que trabalha na Prestação de Contas, e estará fazendo as análises junto com o servidor Marcelo, da Conta 8110, que é a conta de Alimentação Federal, diz que hoje será seu último dia como conselheira, pois foi convidada para trabalhar nem outro. E começa a apresentar a Prestação de Contas dos dois trimestres, compreendendo o primeiro semestre de 2021, com o demonstrativo sintético do que caiu na conta e o que tivemos de rendimentos, tivemos um crédito do FNDE no mês de fevereiro, de R\$ 28.110.974,08,(vinte e oito milhões, cento e dez mil, novecentos e setenta e quatro reais e oito centavos). Em março tivemos um crédito de R\$15.396.836,84,(quinze milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Em abril tivemos um crédito de R\$14.502.603,64,(quatorze milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos). Em maio tivemos um crédito de R\$14.502.603,64),(quatorze milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos. Em junho tivemos também um crédito do mesmo valor de R\$14.502.603,64,(quatorze milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos), então , tivemos de crédito do FNDE um total de R\$87.015.621,84, (oitenta e sete milhões, quinze mil, seiscentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos) os rendimentos financeiros foram de R\$114.758,93,(cento e quatorze mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos) de restituições na conta, por pagamentos indevidos, execução indevida, R\$266.677,32,(duzentos e sessenta e seis mil , seiscentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) um total de receita para esse primeiro semestre de R\$110.143.692,02 (cento e dez milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e

noventa e dois reais, Tivemos acertos de pagamentos indevidos no valor de R\$1.584,00 (um mil , quinhentos e oitenta e quatro reais) de pagamentos enviados para as escolas no valor de R\$88.429.688,12 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e doze centavos) Em 31/06/2021, possuíamos um saldo residual de R\$ 21.712.419,90 (vinte e um milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos). E começa a apresentação dos questionamentos feitos com identificação por CNPJ, que foram disponibilizados pela DISE. **Em atendimento aos questionamentos levantados pelo Conselho de Alimentação Estadual enviado dia 17/09/2021, segue o retorno desta SEE/MG. Requerimento 1.** Relação da quantidade de kits alimentares distribuídos pelas escolas estaduais por CNPJ. **(Relação enviada junto com a Prestação de Contas por e-mail).** **Requerimento 2.** Planilha por escola e CNPJ das restituições realizadas nos meses de abril e maio. **(Relação enviada junto com a Prestação de Contas por e-mail).** **Questão 1.** No demonstrativo sintético mostra que no mês de maio/2021 a SEE/MG repassou R\$ 14,558 milhões para as escolas estaduais, porém no relatório de pagamentos o montante é de R\$ 376.802,60 (trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e dois reais e sessenta centavos), porque há essa diferença? Qual está correto? **Resposta 1:**Houve um erro ao colocar o relatório de pagamentos do mês 05/2021. Já corrigimos em pasta compartilhada do Drive. **Questão 2.** Porque apenas 63,1% dos recursos recebidos do PNAE das escolas Indígenas e 76,9% da EJA foram repassados? **Resposta 2:** No caso das escolas indígenas, de acordo com o Censo da SEE, tínhamos 3.957 alunos, porém, 140 alunos estão matriculados na EE INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI, que não tem Caixa Escolar e o recurso é repassado para a SRE, que fica responsável pelas compras. Portanto, o valor de repasse mensal para as escolas indígenas é de R\$48.857,60,(quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) correspondente ao número de 3.817 alunos. Não foram feitos ajustes no número de alunos matriculados. No Censo disponibilizado pelo FNDE foi repassado recursos para os 3957 alunos, portanto, o repasse mensal foi calculado em R\$ 50.649,60.(cinquenta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos **Portanto, a diferença encontrada, R\$ 1.792,00,(hum mil, setecentos e noventa e dois reais) se refere aos 140 alunos, cujo recurso é encaminhado para a SRE.** No caso do EJA, no Censo da SEE tínhamos R\$158.156,00(cento e cinquenta e oito mil e cento e cinquenta e seis reais) o que corresponde a um repasse mensal de R\$678.508,40(seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e oito reais e quarenta centavos. Ao longo do ano fizemos, a partir de solicitações das SRE's, de um acréscimo de 1.201 alunos e uma supressão de 285 alunos, sendo que atualmente temos 159.072 alunos, o que resulta em uma parcela mensal de R\$ 683.276,40(seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos. No Censo disponibilizado pelo FNDE foi contabilizado um total de 165.234 alunos, com um repasse mensal de R\$ 716.549,04(setecentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quatro centavos) **Porém, neste número foram contabilizados 5.044 alunos que por estarem no sistema SocioEducativo/Prisional, não recebem recursos da SEE e 479 alunos foram atendidos como sendo do Ensino Regular,** conforme informações do Censo da SEE. A conselheira Beatriz pergunta à conselheira Valéria se gostaria de falar algo. A conselheira Valéria diz que no caso do CENSO, o REPASSE VEM do FNDE , porém quando chega até nós, temos as realidades com que convivemos, por exemplo os indígenas ,temos aqueles que não tem Caixa Escolar, e temos que repassar o recurso para a Regional executar, e no caso do EJA, o SocioEducativo e Prisional não recebem, e o EJA sempre estamos fazendo reajustes e suplementação ou supressão por que muda muito de um ano para o outro , é muito aluno que sai e também muitos entram , porque como são semestrais , daí temos essa alteração durante o ano, e levamos muito em consideração a informação da regional, quando se pede pra suprimir, porque o aluno não está

presente ou complementar, e sempre atendemos. No caso do indígena, esta corretíssimo o atendimento, porque se houvesse algum indígena sem receber a regional nos informaria e faríamos a suplementação, o que não aconteceu, então não temos nenhum aluno sem receber o recurso.

Questão 3. Qual o motivo da despesa de R\$ 849,60(oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) com Alimentação de Professores, sendo contrário ao art. 6 da Resolução CD/FNDE n.º 6/2020? O que foi feito no caso? **Resposta 3.** Foi solicitada a devolução para correção. A situação foi regularizada com a devolução do recurso, em 12/07/21 e contabilização com ADO nº 01.

Questão 4. Qual o motivo de 68 escolas não receberem nenhuma parcela do PNAE e 43 escolas receberem apenas uma parcela do PNAE no 1º semestre de 2021? (Os CNPJ dos caixas escolares foram enviados juntos com esse arquivo em formato de Excel). A conselheira Beatriz diz que entrou em contato com a Regional, assim que recebeu essa diligência, e a Regional solicitou um prazo para retornar com as respostas, já foram orientados diversas vezes, tanto a Prestação de Contas quanto o setor da DISE não aceitou, principalmente, em relação aos problemas que a Regional vem repassar para a escola, muitas vezes a escola está com inadimplência, porém o correto seria a regional executar, fazer a compra desses alimentos, então solicitamos à Regional uma justificativa do que foi feito, tendo em vista a necessidade de atender a demanda da escola, priorizando os alunos, sem que haja prejuízo; foi encaminhado uma planilha à eles, e a regional nos solicitou um prazo até o final desse mês de outubro, a regional foi pressionada recentemente com a questão do Trilhas do Futuro, e as inadimplências, pois a Secretária está com uma frente de trabalho para que as caixas escolares estejam todas aptas até o final agora de outubro para estar recebendo os recursos do FNDE e, tanto essas parcelas agora para o final desse semestre, e tanto para o início de 2021, e também eles estão recebendo solicitação do Tribunal de Contas para o passivo, então solicitei a eles que não somente justificassem o que foi feito por parte da regional, quanto a escola, para estar atendendo os alunos, mas que também enviasse os documentos, que validasse essa justificativa, então pediram um prazo, por causa dessa pressão que eles estão nesse período de setembro e outubro, essa questão do convidado do DIEESE, Fábio, é a mesma questão do item 6, essa questão será trazida na próxima reunião, com a justificativa, em relação à oferta, a regional realmente solicitou um prazo porque eles estão recebendo muitas demandas e principalmente do Tribunal de Contas, caso eles não atendam serão penalizados.

Resposta 4: Foi orientado a Regional de Ensino que nos enviasse documentos que comprovem a oferta para essas escolas sem prejuízos ao atendimento dos alunos. Bem como informações de conclusão da troca dos gestores na Receita Federal, processo este bem demorado o que dificulta o acesso as contas bancárias e movimentação das mesmas. **(Questão será respondida na próxima reunião com as justificativas em relação a oferta e atraso nas parcelas - Regional solicitou prazo devido as demandas do PDDE/ Ações)**

Questão 5. Qual o motivo de 97,3% das caixas escolares em janeiro, e 97,5% em maio não terem recebido o repasse do PNAE, sendo que o recurso caiu na conta do Estado em tempo hábil para eles serem realizados?

Resposta 5:

MÊS	DATA DAS LIBERAÇÕES		OBSERVAÇÕES
	FNDE	SEE	OBS
Janeiro (2ª parcela extra)	29/jan	02/fev	No dia 29 de janeiro, uma sexta-feira, o FNDE liberou a segunda parcela extra. No dia 02 de fevereiro liberou a 1ª parcela de 2021. Como as liberações foram muito próximas, a

Fevereiro (1ª parcela)	02/fev	03/mar	Diretoria Financeira não percebeu as duas liberações, e só nos informou a da liberação do dia 29/01. Sendo assim, no dia 02/02, foi encaminhado um email para as SREs liberando a liquidação e o pagamento da parcela extra. Somente quando consultamos o FNDE percebemos o erro e imediatamente encaminhamos o email solicitando o pagamento da 1ª de 2021.
Mai (4ª parcela)	05/mai	06/mai	não houve atrasos na liberação dos pagamentos
Junho (5ª parcela)	02/jun	08/jun	A liberação foi feita na quarta-feira antes do feriado de Corpus Christ. Considerando que voltamos a trabalhar no dia 07/06, não houve um atraso na liberação

Questão 6. No quadro em anexo mostra quantas caixas escolares não receberam repasse do PNAE em cada mês. Qual o motivo dessas caixas escolares não terem recebido repasse? Houve prejuízo na oferta de alimentos ou na distribuição dos kits, no período que não houve o repasse? Se não, por qual motivo não houve prejuízo na oferta de alimentos ou na distribuição dos kits? (Os CNPJ dos caixas escolares foram enviados juntos com esse arquivo em formato de Excel). **Resposta 6:** Em contato com as Regionais de Ensino nos foi relatado que houve troca de gestor, muitas escolas utilizaram saldo residuais de 2020. (**Questão será respondida na próxima reunião com as justificativas em relação a oferta e atraso nas parcelas - Regional solicitou prazo devido as demandas do PDDE/ Ações 10/2021**).

Questão 7. Qual o motivo do Estado não ter repassado o recurso do PNAE para 56,7% em fevereiro e 33,7% em junho para as caixas escolares dentro do prazo legal de 5 dias úteis, segundo o § 2º do art. 10 da Resolução CD/FNDE n.º 6/2020 ? **Resposta 7:** Quadro em anexo na questão 5. **Questão 8.** No Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais mostra que houve gasto com os conselhos do CAE e FUNDEB no valor de R\$ 1,573 milhão no 1º semestre de 2021, porém neste período os conselhos funcionaram de forma remota. Qual a justificativa de haver esses gastos? (Os detalhes desses gastos foram enviados juntos com esse arquivo em formato de Excel). **Resposta 8:** Encaminhamos um questionamento ao Fale Conosco do Portal da Transparência, tendo em vista que não retrata de fato os dados internos do sistema acerca das informações quanto aos gastos com os Conselhos (despesas com OPERACIONALIZACAO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS) e obtivemos a seguinte resposta: "Prezado Cidadão, A consulta "Despesas", disponível no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/despesa>), tem como base dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais - SIAFI-MG, contendo os empenhos, liquidações e pagamentos efetuados pelo governo, ano a ano. A consulta pode ser realizada por órgão, função, Programa, Favorecido por Nome ou Favorecido por CPF/CNPJ. Além disso, a consulta "Restos a Pagar", disponível no endereço <http://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/restos-a-pagar>, permite o acesso às despesas que se iniciaram em um ano (empenho e liquidação) e foram concluídas (pagas) em anos subsequentes. Para mais esclarecimentos e dúvidas quanto aos procedimentos administrativos que resultaram na execução das despesas sugerimos entrar em contato com a Secretaria de Estado da Educação, uma vez que a equipe responsável pelo Portal da Transparência apenas realiza a divulgação das informações de execução dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na internet. A conselheira Beatriz fala também que o Conselho deveria

solicitar a correção dos valores apresentados no Sistema, pois são valores altos e que não condizem com o valor apresentado no final da Prestação de Contas, e que ela enquanto Analista da SEE não tem como pedir, porém se os Conselheiros solicitam, a demanda é atendida, e que o convidado do DIEESE, Fábio, solicitou a justificativa das escolas, relacionada ao percentual não atingido em 2020, que faltava para compor a Prestação de Contas de 2020, e que ela inseriu no Drive para consulta dos dados. A Presidente Célia diz que não sabe se é somente ela, ou os conselheiros também entendem assim, que não tem como fazer a Prestação de Contas nesse momento, pois faltam alguns dados e respostas, como por exemplo, essas escolas que não receberam parcelas, ou receberam apenas uma parcela, e enquanto Conselho, devemos avaliar, pois tem sido recorrente, a falta de repostas desse valor imenso na conta do Conselho. E pergunta à Secretária Executiva Janete sobre no processo que encaminharam solicitando equipamentos, pois já que tem dinheiro na conta do Conselho, sem resposta até agora, poderíamos solicitar os equipamentos. E usar esses recursos para compra dos equipamentos. E também, assim como foi sugerido pela conselheira Beatriz, pedir esclarecimentos sobre essa questão. A Secretária Executiva Janete responde que sim, foi reiterado, porém ainda não obtivemos resposta. E reforça que é somente uma previsão orçamentária. Não existe o recurso financeiro em conta. A conselheira Beatriz diz que no Portal da Transparência aparece um valor, mas quando a servidora Carla entra e pesquisa, não é o mesmo valor, eles dizem que pegam do SIAFI e nós também pegamos as mesmas informações, principalmente em despesas de viagens no ano de 2020, mesmo em período de pandemia, e os conselheiros não estavam fazendo viagens nem visitas, A Secretária Executiva Janete diz que é recorrente, com relação ao Portal da Transparência e o mesmo acontece nas análises do Fundeb, com o Diego, também do DIEESE, que faz as análises, e se comparar os dados que são disponibilizados ao público e avaliar junto com o que é apresentado, para confrontar com o que é apresentado ao Executivo, realmente, terá problemas. O Portal da Transparência não traz uma informação atualizada. A conselheira Beatriz fala sobre o SIAFI, daí a conselheira Ercivane pergunta o que é o SIAFI. A Secretária Executiva Janete responde que é o sistema integrado de administração financeira do estado. A conselheira Thais pede a palavra e diz que a conselheira Beatriz e ela fizeram questionamento no Portal da Transparência, e a resposta foi que elas entrassem em contato com a SEE, e com essa resposta diz que fez um questionamento no Fale Conosco da SEE/MG, e estamos aguardando a resposta, fala que o questionamento foi o seguinte, quem da Secretaria de Educação repassa essas informações para o Portal da Transparência, porque segundo o Portal é o pessoal da Secretaria de Educação quem passa essas informações, para quando houver divergência, e já conseguirmos falar diretamente com esse setor, e pedir para atualizar, porque quando olhamos o SIAFI não coincide com as outras informações, como foi dito pela conselheira Beatriz, o levantamento que a servidora Carla fez, quando verificou o gasto com folha de pessoal, todas as OP's foram canceladas e quando se considera esse valores, chega-se perto desse valor de 1 milhão, porque essa divergência saiu foi daí, agora iremos aguardar a resposta do Fale Conosco. O convidado Fábio pergunta à conselheira Beatriz sobre a lista das matrículas que contém o código das escolas, com CNPJ, e que a mesma encaminhou os dados somente de 2020, ficou faltando o de 2021. E pergunta se já tem esses dados para repassar à ele. A conselheira Beatriz responde que a SEE utiliza os dados do Censo 2020, e monitorou para ver se há criação de novas escolas, diz que encaminhou e-mail para o senhor Roberto Horta(SEE/DISE), e o mesmo encaminhou todos os dados das escolas com CNPJ, e-mail das escolas e os termos que foram firmados esse ano. E fala ao convidado Fábio que pode validar por esses dados que encaminhou para ele, por e-mail. O conselheiro Múcio diz que é justamente isso que é necessário fazer: questionar as dúvidas que surgem com as informações do Portal, porque cria-se uma dificuldade de compreensão, do que deveria zelar pela transparência, e não

oferta o que foi criado para tal, então é importante que repasse os questionamentos e as dificuldades que estamos tendo, e avaliando algo expressivo diante do financeiro do estado de Minas Gerais e com divergências, é preciso oficializar, solicitando as informações para evitar esse tipo de dados irreais, porque é algo preocupante. A Presidente Célia fala à conselheira Beatriz que é necessário aguardar e analisar melhor os dados que foram apresentados. Portanto, a aprovação da Prestação de Contas ficará para a próxima reunião. E a conselheira Beatriz diz que o que ficará pendente são as questões 6 e 8, essa sobre o Portal da Transparência. A Presidente Célia pergunta se há algum conselheiro que queira questionar algo, ninguém se manifesta, então passa-se para o próximo ponto de pauta que são as visitas feitas por ela e pela conselheira Neuzete, que são denúncias recebidas por Ofício do FNDE. A conselheira Umbelina não consegue acessar a reunião, devido a problemas em seu equipamento celular. Então a conselheira Ercivane diz que a conselheira Umbelina sempre está tendo problemas para participar das reuniões, e fala que por isso é muito importante o Ofício encaminhado pela Secretária Executiva Janete, na questão da aquisição dos equipamentos eletrônicos para os conselheiros fazerem seus trabalhos junto ao Conselho. A Presidente Célia concorda com a conselheira Ercivane. E a Presidente Célia começa seu relato falando sobre as visitas em escolas, e começa seu relato sobre as visitas realizadas que devem ser semestrais, a pedido do Ministério Público, que são as escolas Santos Dumont, em Venda Nova e Instituto de Educação, em Belo Horizonte, que deveriam ter acompanhamento constante, a respeito da alimentação escolar. Diz que foram feitas as visitas, e pede que a Secretária Executiva Janete encaminhe Ofício ao Ministério Público em relação à Escola Estadual Santos Dumont, porque essa escola não necessita mais de acompanhamento semestral, pois é uma escola organizada, porém necessita acompanhamento e orientação das nutricionistas que estiveram presentes na visita, a que é responsável pela escola, e a do Órgão Central. E nessa visita à Escola Estadual Santos Dumont não foi observado nada fora do contexto. A escola distribuiu os Kits Alimentação. Quanto ao Instituto de Educação, precisamos continuar acompanhando porque a despensa é desorganizada, suja, cheia de objetos inadequados, as ASB's, não usavam uniforme completo. Observando que em nenhuma das escolas, as ASB's usavam uniforme. Na Escola Estadual Santos Dumont as ASB's usavam roupa clara, avental e touca. No Instituto de Educação, elas não estavam de uniforme, mas usavam acessórios como anéis, colares, que são impróprios para o ambiente da cozinha. O Instituto de Educação tem várias observações feitas no Relatório entregue à equipe Executiva. O depósito muito desorganizado, como caixas de transporte de alimentos que saem do fornecedor e ficam estocadas na escola. Informamos à nutricionista o que precisa ser corrigido. E uma situação mais grave, observada foi uma ASB na cozinha, em contato com as outras ASB's e com alunas, não utilizando máscara de proteção. As visitas às Escolas Estaduais de Mendes Pimentel, foram feitas devido ao recebimento de Ofício assinado pelo CONSEA e pela SEDESE, relatando uma denúncia que não citava expressamente se era sobre escola estadual ou municipal, então foi feito pedido à Secretária Executiva Janete que encaminhasse ofício à esses dois Conselhos, informando sobre os meios de solicitar visitas. A solução foi visitar essas duas escolas, e verificar se estavam entregando os Kits de Alimentação. Mendes Pimentel, é uma cidade que fica a 70 km de Governador Valadares, pertence à SRE de Governador Valadares e não tem nutricionista. A escola Estadual Nossa Senhora Aparecida fica bem localizada no centro da cidade, é uma escola bem organizada, toda pintada, jardim maravilhoso, os banheiros tem tapete, flores, papéis higiênicos, a escola é organizada, a cozinha possui azulejos e pisos adequados, não possui tela de proteção, e é necessário acompanhamento de nutricionista para organização do espaço, havia muito papelão, e vários produtos sem identificação dentro do freezer e da geladeira. Porém uma situação que chamou a atenção foi que, nesse dia não haviam alunos, mas estavam na escola as ASB's, a direção, e inclusive a inspetora responsável pela

escola estava presentes, chegamos quase as 16:00. As Asb's não utilizavam máscaras de proteção, haviam preparado um cardápio super especial para receber a inspetora. Segundo a Presidente Célia, mais tarde quando já estava no Hotel, recebeu uma mensagem da ATB pedindo que comparecesse à Escola, pois a Diretora queria falar com ela, porém a Presidente Célia disse à ATB que compareceria. No dia seguinte, foi visitar outra escola e na volta passou na Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida, e a diretora pediu que retirasse aquela observação de não usarem máscara de proteção do Relatório, informei que em hipótese alguma faria isso. E nesse momento, pergunta à conselheira Valéria se o Relatório feito vai para a SRE e quem irá verificar, a inspetora? A superintendência fará as averiguações de tudo o que foi relatado, porém o que chama a atenção, é que a inspetora responsável pela escola, estava hospedado no mesmo hotel que ela, e à noite algum a buscou, salvo engano, com veículo da escola. A mesma saiu sem máscara. E a pergunta é: é essa inspetora que fará a inspeção das irregularidades que detectamos na escola? Fala que isso é preocupante. E a diretora alegou que o fato das ASB's estarem sem máscaras, é que todas já se vacinaram. A Presidente Célia disse que argumentou com a diretora que quem está vacinado também pode transmitir COVID, e que pelo fato de estar vindo de outra cidade poderia passar COVID para alguém. Isso é um fato muito preocupante. A outra escola visitada fica na zona rural a 13 km de Mendes Pimentel, estrada de terra. A escola estava em obra, não possui refeitório, os alunos se alimentam em locais improvisados, as mesas e cadeiras que a escola recebeu são de plástico, toda desorganizada, muita bagunça, independente das obras. As Asb's não usavam uniforme e a diretora me apresentou o uniforme das Asb's feito de TNT, material muito fino, de manga comprida, para uma região tão quente. Foi registrado que o uniforme era inadequado, pois ao encostar em locais quentes ele pode se dissolver, e dentro da cozinha há uma cisterna. Os funcionários levam alimentos crus de casa, para que as ASB's façam a preparação desses alimentos. É uma situação que precisa cuidado e atenção das nutricionistas, pois há uma rotatividade enorme de ASB's. Quanto à denúncia de que a escola estadual em Mendes Pimentel não distribui Kits Alimentação não procede. Foram feitos relatos com fotos dos Kits montados. Na Escola Estadual da Fazenda Eduardo Nogueira, no dia da visita havia alguns alunos. Então a Presidente Célia pergunta à conselheira Valéria como a inspetora orientará a todos. A conselheira Valéria responde que só pode falar o que está sob sua gerência, porém receberá o Relatório, e aparte que cabe a ela que é a alimentação escolar, ela diz que irá acompanhar. Fala ainda que em Governador Valadares não tem nutricionista, que estava para assinar o Contrato, mas não assinou. E diz que a dificuldade com as mudanças de nutricionista, que entra fica pouco tempo e sai. No ano de 2020, ficamos sem nutricionista o ano todo, e isso é ruim para o Programa. O Estado está resolvendo essa dificuldade. Quanto às ASB's, as que entraram nesse ano de 2021, estão recebendo capacitação. As regionais que contrataram no final de 2020 já estão mais adiantadas. As capacitações são feitas on-line, porque mesmo tendo aula, eles estão capacitando as ASB's e diretoras. E com o retorno das aulas, estão retornando com as visitas do Conselho. Fala que na semana que passou, fizeram treinamento com as nutricionistas que assinaram contrato recentemente. E assim que possível, estarão fazendo o trabalho de campo, que são as visitas. Quanto ao uso das máscaras, diz que isso a deixa muito triste, porém é a realidade brasileira, as pessoas não respeitam leis e regras. Diz que lida com pessoas que acham que como já se vacinaram, não precisam usar máscaras. Fala que todas as escolas receberam o Protocolo, e irá reforçar com as SRE's e responsáveis pelo Protocolo da COVID, e assim que receber os Relatórios das escolas que não estão obedecendo com o uso das máscaras, tanto as ASB's quanto as diretoras e inspetoras, iremos também a questão do almoço para a inspetora, pois o mesmo alimento que é servido para os alunos, deve ser a mesma para os servidores em geral, pois são as orientações repassadas. Com relação à parte física da escola encaminhará para o setor responsável, provavelmente as

mesas de plástico seja porque a nossa orientação e que quando não houver refeitório, que pelo menos tenha mesa e cadeira de plástico para que os alunos tenham local para se assentar e alimentar. Fala que acionará a rede física para verificar se tem alguma planilha, e se tem condições de fazer o refeitório. A Presidente Célia diz que inclusive no Relatório que fez, pontuou a questão do refeitório e mobiliário adequados. A conselheira Valéria diz que tem boas notícias que para esse ano de 2021 as escolas terão novos equipamentos. E a questão da máscara é seguir a regra. O conselheiro Múcio fala que precisamos mudar essa realidade, em sua região tem cidades que não tem água, uma seca prolongada, e fala da cisterna dentro da cozinha, que pelo que viu, o nível da cisterna está no mesmo nível do piso, e quando se lava o chão da escola, para onde vai a água suja, provavelmente dentro da cisterna. Lembra do Encontro com as regionais, em que ninguém se manifestou em nada, buscamos parceiros, esperava que as SR'Es viessem falando e ouvindo, fala que parece que "fomos boicotados" nesse Encontro com as regionais. A conselheira Maria Helena fala que recebeu uma denúncia em Uberaba, o Sind-Ute está fazendo um levantamento nas escolas estaduais sobre o COVID, como está a situação, e diz que a Secretária de Educação expõe que está tudo bem, que não há problema algum com relação à COVID, fala que os companheiros do Sind-UTE estão fazendo esse levantamento, e o que se percebe é que a COVID está atacando todas as escolas estaduais, atingindo tanto alunos, quanto professores, os trabalhadores em educação no geral, e os representantes irão mostrar o resultado. Relata que tem uma diretora de escola estadual que está trabalhando e com COVID, e diz que a denúncia é: que a inspetora foi até a escola e ninguém relatou à ela que a diretora estava a alguns dias com sintomas de COVID, e estava junto não outros funcionários, Fala que conhece muito bem essa escola, onde não tem sequer uma quadra para os alunos, eles ficam na rua. A inspetora foi até a escola, e falou que o teste positivo para COVID da diretora havia saído, diz que foi feita uma greve sanitário para que não houvesse ninguém em sala de aula, e perderam. Tiveram que voltar para a sala de aula, conforme determinação do juiz. Todos ficam calados, mas as escolas estão sim, com problemas. Relata que tem uma escola em Uberaba, que é enorme, que não possui cantina, os alunos se assentam no chão. Onde os alunos deveriam ficar, é estacionado os carros dos funcionários. A COVID tem matado e muito, e as pessoas estão se acostumando, isso não pode continuar, diz a conselheira Maria Helena. As escolas estão maquiadas, sem banheiros, sem refeitórios, sem pias para lavar as mãos. Diz que tem visto os Kits que os pais estão retirando, com pouquíssimos alimentos, se fala tanto em dinheiro, fala que na verdade, está tudo uma bagunça. E concorda com o conselheiro Mucio, quando ele disse que são frente de luta e de batalha junto aos trabalhadores da educação, e muitos se calam. A COVID ainda está matando muito. Já autorizaram abrir tudo, e continua na luta pela alimentação escolar de qualidade. Observa que o Governador de Minas gerais está liberando dinheiro para tudo, menos para Educação. A Presidente Célia diz que no ano passado, a previsão do CAE era que fosse feito mais visitas, mas infelizmente com a COVID e foi preciso parar com as visitas, para ver a rede física e ter um acompanhamento mais abrangente. E diz que, como servidora aposentada da rede estadual, sabe muito bem das dificuldades das escolas, sabe que agora estão chegando mais recursos às escolas, porém há muitas dificuldades a serem superadas, e diz que cabe a eles, professores e conselheiros do CAE fazer esses relatos. E mais, que com quase 600.000 mortos, um lugar que deveria pautar pela educação, pela segurança, e não age nesse entendimento, por conta do negacionismo, as pessoas se recusam a se proteger e a proteger os outros. A conselheira Neuzete fala sobre o não uso das máscaras, de pessoas que estão sob a responsabilidade delas. E se emociona, pois perdeu seu filho recentemente para a COVID. Pede que todos usem as máscaras. E fala que pode-se contar nos dedos quem usa máscara nessa cidade. A conselheira Maria Helena fala sobre a questão da doença que eles estão falando pelas redes sociais, que está

abrindo tudo, e estão estudando a possibilidade de se tirar o uso das máscaras, falam que está tudo bem e na verdade, não está tudo bem. A conselheira Neuzete fala que ficou sabendo que as aulas em Belo Horizonte, terá aulas normais, com todos os alunos, em todos os horários. A Presidente Célia pede que a Vice-presidente Luciana fale sobre a denúncia em escola em Bocaiúva, porém ela já havia saído, daí passa-se a palavra para a Secretária Executiva Janete que fala sobre os assuntos gerais: primeiro é sobre o Plano de Ação, cujo processo está na SEE/DISE, que foi encaminhado pela SEE/SA em setembro; a conselheira Valéria fala que com relação aos equipamentos não é ela quem solicita, por isso devolverá o processo para o setor que encaminhou, a parte da DISE é alimentação; e a Secretária Executiva concorda com a conselheira Valéria, pois é o setor que encaminhará para o setor de Compras, segundo ponto é a nomeação da suplente da conselheira Ercivane, senhora Cléia Moreira, foi encaminhado Convite para participar dessa reunião, porém não deu aceite, foi encaminhado para os conselheiros a publicação da nomeação; terceiro ponto é sobre a denúncia em Mendes Pimentel, que foi feita a visita nas escolas; quarto ponto é sobre a denúncia em escola no Bairro Caiçara, sobre desperdício de alimentos nos Kits escolares, foi encaminhado memorando da Subsecretaria de Articulação Educacional com resposta para o Conselho, sobre o feijão e a canjiquinha, Kits de alimentos do ano passado ainda permanecem na escola, e que seria a segunda vez do ocorrido, e foi solicitado apuração através do serviço de inspeção escolar, onde foi visitado a Escola Estadual Caio Nelson de Sena e a Escola estadual Santos Anjos, foi feita visita nas duas escolas, em especial às cantinas, setor financeiro, área de alimentação e foi constatado Kits de alimentação em bom estado de conservação, e as denúncias não procedem, não sendo encontrado nenhum elemento que possa comprovar a denúncia do CAE/MG. E diz que já foi encaminhado Ofício, o qual foi falado na reunião 193ª Reunião Ordinária, e que a denúncia procedia, eles não responderam ao Ofício. A Presidente Célia diz que é preciso reiterar o Ofício, pois ficaram dúvidas. A Secretária Executiva Janete diz que o Ofício do CAE foi encaminhado em 25/08/2021 e a resposta deles veio em 01/09/2021; próximo ponto de pauta é sobre a atualização da Legislação do CAE, está sendo feita a revisão no setor jurídico. E fala também sobre o Regimento Interno, sobre o código de ética do Conselho, onde a Presidente Célia fez algumas pesquisas com outros conselhos, mas não tem nenhum Conselho que tenha um Código de Ética específico, o quem tem é dentro do próprio Regimento Interno, tratar a questão da ética. A Presidente Célia fala que alguns relataram que ainda estão construindo seus documentos, somente um Conselho possui esse Código de Ética. A Secretária Executiva Janete diz que conversou com a senhora Cristiane, da Controladoria Setorial e falou sobre a possibilidade de se estar trabalhando dentro do próprio Regimento Interno na questão da Ética, e a CGE encaminhou resposta dizendo que não há nenhum problema, que pode-se trabalhar nesse formato, e assim que sair o novo Decreto do CAE, teremos um prazo para revisar o Regimento Interno. A Presidente Célia fala que essa pesquisa citada pela Secretária Executiva Janete é entre todos os CAE's, tanto estaduais quanto municipais, e só existe um CAE que possui esse documento. A Secretária Executiva Janete diz que fez um questionamento direto ao FNDE, e a resposta foi de que o CAE tem seu próprio Regimento Interno que determina tudo. E não foi dito nada sobre Código de Ética que teria obrigação nesse sentido. Outro ponto seria sobre o site dos Conselhos, que está recebendo notificações sobre a atualização dos mesmos. E diz que, estamos colocando as Atas e outros documentos em dia, pois além do site estar dando erro, houve uma mudança de configuração e foi preciso alinhar com os servidores do setor de Informática para se informar dos novos procedimentos, e havia outras prioridades mais urgentes. A Secretária Executiva Janete fala também, que na última reunião foi falado sobre a situação da conselheira Flávia, que é suplente do conselheiro Marco Antônio David de Melo, a qual não é mãe de aluno, e, portanto, não continuará no segmento de pais de aluno. Então foi sugerida a participação de um

representante indígena, como seu suplente. E diz que entrou em contato com um setor indígena, dentro da SEE para verificar alguns contatos e acioná-los. E conseguiu contato com a diretora Luciana, da Escola Estadual Bukinuk, da cidade de São João das Missões, a qual tem interesse em participar, e tem mãe de aluno, a qual escola já foi visitada pelos conselheiros . Foi encaminhado documentação de nomeação dos conselheiros Maria de Fátima e Rodrigo Marçal. Encaminhamos e-mail informando a liberação das 8ª e 9ª parcelas dos recursos do PNAE , e-mails referentes a 7ª e 8ª parcelas dos recursos estaduais; encaminhamos questionamentos do DIEESE para SEE; foi solicitado pela Presidente Célia , e encaminhamos o Mapa de produção que a EMATER encaminha para SEE; encaminhamos também os dados dos questionamentos do FNDE sobre a questão dos Conselheiros, o que dificulta e o que facilita o grande número de representantes no CAE estadual, e a Presidente Célia respondeu o que facilita, a questão da diversidade, visão diferenciada de cada grupo, o que é muito importante essa visão. A Secretária Executiva Janete fala que recebemos um e-mail do Observatório de Alimentação escolar, que é uma plataforma formada por organizações da sociedade civil , e que tem como objetivo monitorar e sensibilizar a sociedade da importância do PNAE , e eles informa que estão realizando um estudo sobre os CAE's estaduais, com o objetivo de avaliar os canais de contato de comunicação e acesso à informação pública sobre os Conselhos e facilitar o acesso do cidadão aos marcos legais que regulamentam a alimentação escolar em cada estado , e pediram que fossem disponibilizados alguns dados , como o link de acesso ou pdf da Lei Estadual, link de acesso da regulamentação do CAE; link de acesso da Ata de eleição dos Conselheiros da atual gestão; site ou página do facebook; e-mail de contato e telefone de contato, e diz que será encaminhado para os conselheiros esse e-mail. A Secretária Executiva Janete fala que não conhece essa instituição, e pede para que os conselheiros verifiquem e definam para a próxima reunião o que será feito. E a Secretária Executiva Janete diz que encaminhará o link do site, onde tem todas essas informações para eles acessarem. O convidado Fábio pede a palavra e pergunta à Secretária Executiva Janete se ela possui o Relatório da Emater do ano de 2020, pois ele recebeu o do ano de 2021, que responde que encaminhará. A Presidente Célia pede que os conselheiros fiquem após o final da reunião para se tratar das visitas que precisam ser feitas, e pede que os conselheiros que tenham interesse em visitar, que se manifestem. A Presidente Célia fala sobre as escolas indígenas Bukinuj e Bukinuk que já foram visitadas, e a Secretária Executiva Janete fala que já foram visitadas, mas temos que retornar, temos as escolas José Soares Dias e Carlos Chagas, em Lassance; a Escola Marques Afonso, de São Domingos do Prata; a Presidente Célia diz que poderia incluir a denúncia que a Vice-presidente fez, diz não saber a situação , a conselheira Neuzete pede a palavra , pergunta à Presidente Célia sobre as escolas de Ouro Preto , onde tem um número menor de escolas, e diz que poderiam fazer mais visitas durante uma semana toda, para ganhar tempo. A Presidente Célia diz ser uma boa ideia, e pede que seja encaminhado um Ofício para SEDESE, falando que a denúncia não procede, e orientando sobre a forma de denúncia quando for de município e quando for estadual. A Secretária Executiva Janete diz que encaminhará a lista das escolas a serem visitadas, e cada conselheiro em comum acordo, escreva em qual data e quem irá nas visitas. A Presidente Célia pergunta aos conselheiros Ercivane e Múcio se eles têm disponibilidade para visitas. O conselheiro Múcio responde que está sem disponibilidade por conta da municipalização, e não tem como fazer visitas por enquanto. A conselheira Ercivane diz que não tem condições também. A conselheira Maria Helena diz que está disposta. A conselheira Tânia diz que tem disponibilidade para visita. Sem nada mais a acrescentar, a Presidente Célia agradece a presença de todos e encerra a reunião. Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Neuzete Fátima de Lima, Conselheiro(a)**, em 09/11/2021, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 09/11/2021, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 09/11/2021, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Ferreira de Alencar Freitas, Conselheiro(a)**, em 10/11/2021, às 06:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 10/11/2021, às 07:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 10/11/2021, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Ersinzon, Nutricionista**, em 10/11/2021, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Rodrigues Neres Veloso, Conselheiro(a)**, em 10/11/2021, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ercivane Aparecida da Silva Brito, Conselheira**, em 10/11/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 10/11/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio David de Melo, Conselheiro**, em 10/11/2021, às 23:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Vieira Santos, Conselheira**, em 11/11/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Moreira dos Santos, Conselheiro**, em 11/11/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Batista Nascimento,**



Conselheiro(a), em 11/11/2021, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Gonçalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 12/11/2021, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37769924** e o código CRC **DCD13969**.

Referência: Processo nº 1260.01.0116610/2021-35

SEI nº 37769924